

# NORTADA



DIRETOR: FIRMINO MARQUES | DIRETORES ADJUNTOS: GUERRA DA FONSECA E PAULO COUTINHO - N.º 90 - SÉRIE IV - 0,75 EUROS

Junho / Agosto 2021





Junho / Agosto 2021  
N.º 90 – Série IV



**4 SINDICAL**  
MANIFESTAÇÃO DE 13 DE JULHO



**23 DESPORTO**  
PESCA E BILHAR



**24 SAMS**  
INFORMAÇÕES ÚTEIS



**26 CONTRATAÇÃO**  
ACT DO SETOR BANCÁRIO

### 3 EDITORIAL

Que bom!...  
e que mau!

### 4/22 SINDICAL

Sem unicidade, mas em unidade  
Lutar e não desistir  
Manifesto alarmante

### 23 DESPORTO

#### 24/25 SAMS

### 26/27 CONTRATAÇÃO

BCP inicia rescisões

### 28/30 O QUE OS OUTROS DIZEM

#### 31 VOZ AOS BANCÁRIOS

### 32 CONTRACAPA

Eleições: convocatória

## FICHA TÉCNICA

**Propriedade, Edição e Redação**  
SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor  
Financeiro de Portugal  
Rua Cândido dos Reis, 130, 1.º, 4050-151 Porto  
E-mail: [sbn@sbn.pt](mailto:sbn@sbn.pt)  
[www.sbn.pt](http://www.sbn.pt)

**Diretor**  
Firmino Marques

**Diretores adjuntos**  
Guerra da Fonseca  
Paulo Coutinho

**Coordenação Redatorial e Revisão**  
Francisco Oliveira

**Fotografia**  
SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor  
Financeiro de Portugal

**Reportagem**  
Francisco Oliveira

**Grafismo e Impressão**  
Essência - Comunicação Completa  
Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 100, Lote 9, Fração B, 4445-102 Alfena  
Tel.: 220 963 285/9 | Fax: 220 963 290  
E-mail: [comunicacao@essenciaCompleta.pt](mailto:comunicacao@essenciaCompleta.pt)  
[www.essenciaCompleta.pt](http://www.essenciaCompleta.pt)

**Registo no ICS**  
1222051

**Depósito Legal**  
197325/03

**Tiragem**  
14 000 Exemplares

Distribuição gratuita aos associados

Mário Mourão

## Que bom!... e que mau!



*Que bom seria que os novos banqueiros reconhecessem o esforço dos trabalhadores das suas instituições. Foram eles, os trabalhadores, quem deu o máximo de si para que hoje os gestores ao mais alto nível apresentem e anunciem resultados que, provavelmente, resultarão em chorudos prémios para as administrações*

Que bom que os cinco maiores bancos tenham apresentado resultados positivos de 708 milhões de euros no primeiro semestre de 2021.

Queremos bancos financeiramente saudáveis e robustos, pois foi para isso que milhares de trabalhadores bancários se empenharam e deram o seu melhor nos últimos anos, contribuindo com um número incontável de horas suplementares não remuneradas, estando sempre na linha da frente do combate para repor a confiança que foi abalada por uma gestão danosa ao longo de anos, confiança essa fundamental para que o setor financeiro esteja efetivamente ao serviço da economia e dos cidadãos.

Que bom seria que os trabalhadores pudessem agora ver o quanto foi recompensado o seu esforço por estes anos de tormento, sempre receando que poderiam ser postos em causa os seus postos de trabalho, devido à situação incerta por que passaram aquelas instituições bancárias.

Que bom seria que os novos banqueiros reconhecessem o esforço dos trabalhadores dessas mesmas instituições. Foram eles, os trabalhadores, quem deu o máximo de si para que hoje os gestores ao mais alto nível apresentem e anunciem resultados que, provavelmente, resultarão em chorudos prémios para as administrações, porque...

### Que mau!...

... para os trabalhadores há também recompensas que passo a enunciar.

- Despedimentos continuados por todo o país, ainda mais injustificados pelos lucros verificados anualmente.
- Ameaças de despedimento coletivo, provocando uma instabilidade inaceitável na laboração quotidiana, ao mesmo tempo que lançam um clima de terror nas famílias.
- Serem permanentemente objeto de medidas destinadas a provocar o medo, o que gera uma incerteza permanente a prejudicar a excelência do trabalho desenvolvido.
- Presenciarem o sistemático recurso ao outsourcing, para o preenchimento de funções para as quais se encontram totalmente habilitados, o que gera um clima de desumanização prejudicial até para as relações interpessoais.
- Permanente número de dispensas, sem qualquer tipo de cri-

tério objetivo, causando justificada revolta entre os trabalhadores.

- Deplorável sentido ético e moral utilizado para as pré-reformas e para as hipocritamente chamadas "rescisões por mútuo acordo", que mais não são que documentos prefabricados pelas administrações, impedindo assim qualquer margem de negociação.
- Toda a gama de pressões para que os trabalhadores acabem por tomar decisões em contraciclo com os seus direitos e interesses, uma vez que lhes são sonegadas informações indispensáveis a uma avaliação suscetível de ter em conta todas as vertentes que são anunciadas.
- O dramatismo que recai, sobretudo, sobre os mais fragilizados, aqueles que menos capacidade têm para fazer valer os seus direitos.
- Continuados encerramentos de balcões, designadamente em zonas de interioridade, o que, para além de lesar os trabalhadores em causa, provoca profundos prejuízos nas populações afetadas.
- Níveis brutais de desemprego, que já atingiram dez mil bancários só nos últimos dez anos, o que coloca o setor entre os mais desfavorecidos do país.
- Serem ultrapassados pelos processos de digitalização e de automatização do setor, sem que lhes seja conferida a devida requalificação, possibilitadora de um acompanhamento, com sucesso, destes fenómenos.
- Não reconhecimento, por parte das administrações, que são eles a coluna vertebral que sustém a viabilidade do setor bancário e que tiveram um papel fulcral nos momentos mais dramáticos da pandemia.
- Serem afastados, juntamente com os seus sindicatos representativos, dos normais procedimentos de negociação coletiva, o que contraria todas as tendências que se verificam em termos de concertação social.

É pena. É pena que os trabalhadores bancários em Portugal sejam tratados como produtos descartáveis, quando, em função dos resultados obtidos pelas instituições financeiras, poderia assistir-se a um clima de paz social, que, infelizmente, está longe de se verificar.

## Sem unicidade, mas em unidade

**Sem perder a identidade, os sindicatos representativos dos trabalhadores bancários sabem, quando necessário, despir a ideologia político-sindical na defesa do direito ao trabalho e dos postos de trabalho dos seus representados.**

**Essa situação está patente nos comunicados conjuntos (que a seguir transcrevemos), bem como na manifestação de protesto realizada no dia 13 de julho, convocada por todas as organizações sindicais do setor.**

**Para defesa dos trabalhadores, não é necessária unicidade sindical – basta que todos sintam que existem, apenas, para defesa dos trabalhadores, em UNIDADE.**

## “Em defesa dos trabalhadores bancários O massacre tem de parar

Os trabalhadores do setor bancário são atualmente confrontados com diversos processos de redução de postos de trabalho, implementados de forma massiva e sem precedentes, encontrando-se o direito constitucionalmente consagrado da segurança no emprego sob um ataque tão intenso, quanto impensável.

Nesse quadro, alguns Bancos têm implementado “processos de reestruturação”, a coberto dos quais vêm confrontando milhares de bancários com propostas de rescisão por mútuo acordo (RMA) ou reformas antecipadas, com especial enfoque para as RMA.

Conjugadamente com esta situação, tem vindo igualmente a vulgarizar-se a comunicação antecipada da implementação de medidas unilaterais, vulgo despedimentos coletivos, com prazo certo anunciado, ao arrepio do que a legislação laboral prevê, criando (ou visando criar) pânico e temor generalizado nos bancários, de forma a que desistam de lutar pelos seus direitos.

Face a esta situação, todos os Sindicatos Bancários portugueses [SNQTB, MAIS Sindicato, SBN, SIB, SBC, STEC e SinTAF], reunidos ontem, acordaram em mostrar a sua indignação e manifestar a sua firme oposição quanto ao injustificado e desnecessário processo massivo de destruição de postos de trabalho num setor decisivo para o apoio aos portugueses, às empresas e à economia nacional, conforme foi, aliás, demonstrado pelos bancários, quando a pandemia se encontrava na fase mais perigosa e exigente. O setor bancário português que tem um dos rácios mais eficientes da Europa, com esta massiva eliminação de postos de trabalho, nomeadamente a redução entre 15% a 25% da força de trabalho e o encerramento de mais de 15% da rede de agências, contribui para um desmantelamento de algumas atividades em Portugal e da capacidade instalada de apoio às populações e empresas.

A atual situação é por demais lamentável, devido ao facto de existirem ameaças de despedimento coletivo e de criar pressão nos trabalhadores, para tomarem uma decisão num curto espaço de tempo.

Agravando a situação, estes processos decorrem durante o período habitual de férias e do evidente recrudescimento da pandemia Covid-19.

Simultaneamente, para os trabalhadores e para os reformados, os Bancos, que agora regressam aos lucros, propõem o congelamento da tabela salarial e das pensões de reforma, no âmbito da negociação coletiva.

Considerando o acima exposto, estes Sindicatos exigem, desde já, a tomada de um conjunto de medidas:

- 1) Suspensão imediata dos programas de redução de trabalhadores;
- 2) Substituição das Rescisões por Mútuo Acordo por Reformas Antecipadas e uma especial consideração nas situações de vulnerabilidade social;
- 3) Que sejam consideradas todas as hipóteses de reconversão profissional, pois os trabalhadores bancários sempre mostraram total capacidade de adaptação num dos setores bancários mais avançados da Europa;
- 4) Que todas as atividades realizadas em regime de outsourcing ou de trabalho temporário, sejam realizadas por bancários.

Nessa data, estes Sindicatos:

- 1) Solicitaram uma audiência ao Senhor Primeiro Ministro para apresentar este conjunto de medidas e para apelar à sensibilização para uma contínua e acelerada erosão da classe média que afeta diretamente os mais de 60.000 bancários e suas famílias, conduzindo à evidente degradação das condições sociais e para o incremento da pobreza no nosso País.
- 2) Decidiram realizar uma manifestação (em data a anunciar brevemente) de todos os trabalhadores bancários, por forma a transmitir uma mensagem de indignação às Instituições Financeiras e Governativas, no sentido de deixar bem claro que estamos dispostos a defender os nossos postos de trabalho e a lutar pelos nossos direitos até às últimas consequências.”

## CONTRA OS DESPEDIMENTOS

## Manifestação de 13 de julho

*Os sindicatos do setor bancário (SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC, STEC e SinTAF) uniram esforços para a defesa dos bancários.*



De facto, a atual situação, com a injusta, inqualificável e injustificada destruição massiva de postos de trabalho em vários bancos, condenando milhares de bancários e suas famílias ao flagelo do desemprego, exige a união e intervenção de todos.

Para esse fim, foram convocados os associados e todos os bancários, em geral, para uma grande manifestação, realizada por todos os sindicatos do setor bancário, no dia 13 de julho, frente à escadaria da Assembleia da República.

De resto, aquela iniciativa produziu logo os seus frutos, uma vez que os sindicatos foram já recebidos pelos grupos parlamentares representados na Assembleia da República e pela presidência da mesma, na pessoa de Edite Estrela.

De facto, esta é uma causa que respeita a todos. Ninguém está a salvo. A voz dos bancários e dos seus sindicatos tem de ser clara, pública e afirmativa.

Nota: A UGT saudou a ação conjunta histórica – assim considerada pelo Parlamento – inédita em todo o setor bancário sindical português na defesa dos trabalhadores e dos postos de trabalho.

A UGT acompanhou e subscreveu as preocupações expressas pelos sindicatos dos bancários portugueses e disponibilizou-se para, em solidariedade, comungar do esforço e da mobilização exigida para travar este ataque sem precedentes à estabilidade laboral e emocional dos bancários.

Banca. Trabalhadores falam em "terror" e suspeitas de concertação

Banca. Trabalhadores falam em "terror" e suspeitas de concertação



Miguel Maya diz que "não há desrespeito pela lei", já Pedro Castro de Almeida afirma que "ser laero em Portugal é extremamente difícil".

Os sindicatos do setor bancário foram ouvidos no Parlamento e denunciaram um clima de "terror" e "assédio moral" vivido na banca e reforçaram as suspeitas de que existe concertação das instituições nos processos de despedimento e redução de pessoal.

Em causa está a redução de trabalhadores no setor financeiro com especial enfoque para o BCP e Santander Totta e, tal como o Nascer do SOL, poderá abranger a saída de cerca de três mil trabalhadores.

Os sindicatos foram unânimes em lamentar os processos anunciados pelas instituições bancárias de redução de pessoal, ao mesmo tempo que apresentam luto.

E, de acordo com as estruturas sindicais, a figura do despedimento coletivo está a servir como forma de "intimidação" e "protesto" para levar os trabalhadores a aceitar sair com receio de ter uma situação pior mais tarde e falam até em "assédio moral" e da alimentação de um "clima de terror" entre os funcionários.

Despedimentos  
Sindicatos denunciam clima de "terror" e suspeitas de concertação entre bancos



IN: Agência

10/07/2011

COMENTAR

Os sindicatos do setor bancário ouvidos no parlamento, esta terça-feira, denunciaram o clima de "terror" e "assédio moral" vivido na banca e reforçaram as suspeitas de que existe concertação das instituições nos processos de despedimento e redução de pessoal.

As sete estruturas sindicais foram hoje ouvidas na comissão parlamentar de Trabalho e Segurança Social a pedido do grupo parlamentar do PSD, na sequência de recentes denúncias de má gestão de recursos humanos.

Sindicatos denunciam suspeitas de concertação entre bancos para despedir

10/07/2011

10/07/2011

Os sete sindicatos do setor bancário ouvidos no parlamento foram unânimes em lamentar os processos de redução de pessoal anunciados pelas instituições bancárias, ao mesmo tempo que apresentam luto.

## Lutar e nunca desistir

### Protesto dos trabalhadores obriga bancos a dar explicações na AR

É consensual que o que aconteceu junto à Assembleia da República, no dia 13 de julho, foi um momento histórico, jamais visto no seio das estruturas que representam os trabalhadores do setor financeiro.

Se dúvidas houvesse acerca disso e da vontade inequívoca dos trabalhadores e dos seus sindicatos de erguer a voz contra a violência e o massacre dos despedimentos, as dúvidas ficaram desfeitas perante esta manifestação e perante os primeiros resultados obtidos. Por isso, o SBN saúda os trabalhadores bancários e todos os sindicatos envolvidos. A primeira consequência foi imediata.

### Nunca desistir

O SBN nunca desistirá de estar ao lado dos trabalhadores que representa. Já o fez no passado, continuará empenhado neste desígnio, sempre! Damos um sinal de união em torno de uma causa maior, a da defesa daqueles que, há meses, enfrentam a ameaça de despedimento coletivo e de propostas de rescisão por mútuo acordo, que não são mais que despedimentos encapotados.

Todo o esforço vale a pena, seguiremos juntos, sempre, para que os bancos sejam impedidos de levar por diante os seus objetivos de eliminação dos postos de trabalho.

Os deputados da Comissão de Trabalho e Segurança Social decidiram, por unanimidade, chamar ao Parlamento, com caráter de urgência, o presidente da comissão executiva do Banco Santander Totta, Pedro Castro Almeida, para prestar esclarecimentos sobre o plano de reestruturação em curso, que prevê centenas de despedimentos. Naquela sessão será também ouvida a Autoridade para as Condições do Trabalho. Numa manifestação, considerada histórica por aquela Comissão Parlamentar, foi decidido que Miguel Maya, presidente da Comissão Executiva do BCP, seja também ouvido.

O SBN estará atento e diligente.

O SBN atuará sempre que necessário.

A cada momento serão tomadas as medidas necessárias que garantam a manutenção dos postos de trabalho.

O SBN caminha e estará, sempre, ao lado dos trabalhadores bancários... Foi assim no passado, é no presente e assim será no futuro.

# Apresentação de manifesto sobre situação alarmante na banca

*A Direção do SBN recebeu uma delegação do Partido Socialista do Porto, composta pelo eurodeputado Manuel Pizarro, pelos deputados Joana Lima, Tiago Barbosa Ribeiro e Artur Penedos, do Executivo da Federação.*

Na circunstância, a Direção do SBN entregou um documento relativo à posição do SBN sobre a situação alarmante que se vive na banca em Portugal, em que constavam também um manifesto e as principais reivindicações do sindicato, de que sobressaem:

- a reposição da dignidade e do respeito pelo estatuto dos bancários;
- a rejeição do clima opressor e de ameaças de despedimentos;
- a reposição dos direitos laborais perdidos durante a austeridade da Troica;
- o repúdio pela continuação de encerramento de balcões;
- o impedimento e a ilegalização dos despedimentos nas instituições de crédito que recorram ao *outsourcing* e a consultorias, bem como as que beneficiem de apoios públicos ou estatais.

A Direção do SBN sensibilizou os elementos daquela delegação para a necessidade de o PS exercer uma magistratura de influência que combata e faça terminar a situação inesperada, inquietante e desestabilizadora que os bancários atravessam.

A delegação do PS, sensibilizada perante os factos apresentados, comprometeu-se a pedir à Assembleia da República a audição dos responsáveis da Autoridade para as Condições do Trabalho, no sentido do reforço da atividade inspetiva daquela entidade e da contenção do desrespeito pelas leis laborais e pelos direitos dos trabalhadores.





## Concertação com compromissos, consequências e resultados

***O Secretariado Nacional da UGT aprovou uma resolução em 30 de junho, intitulada “Por uma concertação social com compromissos, com consequências e com resultados”.***

A UGT exige que, mais do que nunca e num momento decisivo para Portugal, o Governo assuma uma concertação social que:

- permita a todos os parceiros sociais, com compromissos conjuntos e não com cada um a trabalhar com o seu “ministério”, estarem igualmente envolvidos na preparação do futuro;
- reflita e atue de forma abrangente sobre os desafios estruturais do país.

Por outro lado, a UGT reafirma a exigência de respeito e de valorização da negociação coletiva como sendo o caminho a privilegiar no sentido do alcance de resultados tendentes à resolução dos problemas existentes na administração pública, retomando os processos negociais estagnados e convocando os sindicatos para negociar todas as matérias que dizem respeito aos trabalhadores.

Num outro aspeto, a UGT manifesta solidariedade e total apoio à luta dos trabalhadores das empresas de transportes do setor empresarial do Estado (IP/CP/METRO/TT/SOFLUSA), em defesa da negociação coletiva e da valorização dos salários.

Entretanto, a central sublinha que o rejuvenescimento dos profissionais do setor da educação deveria constituir um objetivo com programas claros e eficientes que reconheçam as condições em que se deve assegurar uma transição de profissionais com mais experiência para profissionais mais novos.

### **Bancários: principais alvos da “crise”. A banca lidera o processo de despedimentos coletivo. Dos milhões ganhos pelos acionistas aos “tostões” pagos aos trabalhadores...**

Os trabalhadores do setor bancário encontram-se a atravessar uma profunda e impactante crise, resultante de uma violenta pressão globalizada para a eliminação de postos de trabalho, encontrando-se, atualmente, perante um manifesto ataque a um direito constitucionalmente consagrado: o direito ao trabalho e à segurança no emprego.

O setor – nomeadamente alguns bancos – tem levado a cabo “programas de reestruturação”, mediante os quais vem apresentando propostas de rescisão por mútuo acordo (RMAs) ou reformas antecipadas, a milhares de trabalhadores, com especial enfoque para as primeiras, recorrendo, em alguns casos, a pressões inaceitáveis, que se traduzem em ameaças concretas e diretas de despedimentos individuais, com prazo certo anunciado, ao arrepio do que a legislação laboral prevê, criando situações de pânico generalizado nos trabalhadores bancários.

A título de exemplo, os serviços jurídicos dos sindicatos do setor filiados na UGT têm mantido, diariamente, um atendimento de dezenas de associados, fluxo motivado pela torrente de propostas de RMAs e de reformas antecipadas – observando-se a substituição de muitos desses trabalhadores por outros precários, em regime de outsourcing, trabalho temporário, ou com vínculos a termo –, sendo assim claro que o setor se encontra necessitado de mão de obra.

Deste comportamento só se poderá concluir que alguns bancos estão a repercutir nos trabalhadores a sua deficiente gestão, procurando a diminuição de custos e de encargos por via da cessação dos contratos de trabalho e consequente acumulação anormal e excessiva de funções nos recém-contratados em condições precárias.

A clara opção desses bancos é pois, pura e simplesmente, pela destruição massiva de postos de trabalho.

O secretariado nacional da UGT considerou essencial salientar, ainda que não existam dados concretos que o comprovem, que os trabalhadores selecionados para as propostas descritas terão com certeza sido escolhidos de forma aleatória, por meio de algoritmo computacional, que identifica aqueles com perda ou ausência, de produtividade, não existindo sequer uma seleção assente no mérito e no momento pessoal da vida do trabalhador na atualidade.

Isso resulta claro da quantidade impressionante de trabalhadores a quem são propostas cessações dos contratos de trabalho e que ou se encontram de baixa médica pela maior variedade de enfermidades que se possa catalogar –, ou que têm familiares diretos de primeiro ou segundo grau com doenças graves e incapacitantes – nomeadamente e com maior ênfase as enfermidades oncológicas, degenerativas do sistema nervoso e psiquiátricas –, as quais obrigam os bancários a apoiar esses familiares nos termos da lei, sendo que, por esse motivo, lhe são atribuídas perdas de produtividade, mas que claramente são de imediato sinalizadas por esses bancos, a quem classificam como trabalhadores com os quais não pretendem contar, não com base no mérito, entrega, abnegação ou qualidade de trabalho, mas unicamente em critérios de redução de produtividade ou absentismo, provocado quase exclusivamente por questões familiares e humanitárias.

Este comportamento é diametralmente oposto àquele preconizado e propagandeado nos sucessivos “Relatório e Contas” das instituições de crédito, quando se consideram empresas que cumprem com as suas responsabilidades sociais, o que claramente não corresponde à realidade.

A UGT considera que é da maior e inteira justiça que, caso um banco tenha real e justificada necessidade de reduzir o quadro de pessoal, e face à prática atual e padrão de trabalhadores selecionados, privilegie, sempre, as reformas antecipadas, de forma que os trabalhadores mantenham algum controlo sobre a gestão económica do seu agregado familiar e não percam direitos que obtiveram, fruto da dedicação às respetivas entidades patronais, que se traduz em largos anos a aportar valor para a sua instituição.

Por fim, o Secretariado Nacional da UGT constata, salienta e alerta para o número crescente de trabalhadores bancários que vêm sucumbindo à síndrome de "burnout", depressões, ansiedade generalizada e ataques de pânico, fruto do contexto laboral onde estão inseridos e que os incapacitam para o trabalho, culminando numa diminuição ou inexistência de produtividade, degradação das relações familiares e da saúde pessoal e do agregado onde se encontram integrados, fruto das pressões para atingirem objetivos predefinidos, assédio moral, teletrabalho sem ocupação efetiva, downgrade de funções, mobilidade geográfica ou alteração de funções, como forma de retaliação.

Deste modo, o secretariado nacional da UGT e os seus sindicatos do setor exigem o fim imediato das posturas descritas, um recuo nas

intenções das reduções de postos de trabalho e o compromisso de um constante diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores, de forma séria e construtiva.

Depois de dezenas de anos a acumular milhões para os banqueiros e acionistas, não é justo que caiba, agora, aos trabalhadores, responder pela crise, após uma vida inteira de dedicação a contribuir para o enriquecimento de alguns – banqueiros e acionistas –, com magros tostões a serem despendidos para mandar para o desemprego quem tanto deu de si a um setor que engordou e fez engordar.





## A UGT na Organização Internacional do Trabalho

**Intervenção do secretário-geral da UGT, Carlos Silva, como delegado dos trabalhadores portugueses na sessão plenária da 109ª Conferência Internacional do Trabalho, no dia 14 de junho.**

“Esta conferência deveria ter tido lugar em 2020. O surgimento de uma crise sanitária global prejudicou essa realização em tempo útil.

Mas cá estamos em 2021, na expectativa de ultrapassarmos juntos esta dramática vivência, que ceifou milhões de vidas em todo o mundo e nos obrigou a viver de forma diferente à que, enquanto humanos e gregários, estávamos habituados. Os trabalhadores foram daqueles que mais sofreram.

Se é verdade que a crise se transformou num drama para a economia mundial e para milhões de empresas, foi sobre os trabalhadores que recaíram consequências dramáticas.

Foi sobre os rendimentos do trabalho – salários e pensões – que se refletiu a retração da economia – desemprego, despedimentos, redução de salários, sofrimento, aprofundamento das desigualdades e pobreza. A isto não podemos deixar de lembrar os milhões de vítimas, o isolamento a que foram sujeitas, o esquecimento de tantos que partiram deste mundo sem uma palavra amiga e um conforto.

Dá a relevância do diálogo social tripartido, como patamar insubstituível para se alcançarem contributos que permitam ultrapassar as dificuldades e evitar uma catástrofe social de dimensões imponderáveis. E é aqui que ao Estado Social cabe um papel relevante – dar voz aos parceiros sociais, tal como aconteceu, no início de maio, na cidade do Porto, com uma cimeira social que criou expectativas com o compromisso alcançado entre os Estados membros dos 27, a União Europeia e os parceiros sociais europeus.

Importa que este compromisso, estabelecido com base nos princípios basilares da OIT, possa ser implementado e que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais seja uma realidade.

Os trabalhadores portugueses, em particular, estão cansados de políticas de baixos salários, de bloqueio da negociação coletiva, de uma imitação pobre de diálogo social tripartido que a OIT defende, mas que o próprio Governo não pratica com os trabalhadores da administração pública, e de uma situação fiscal incomportável para os rendimentos dos trabalhadores e pensionistas.

É urgente avançar com medidas concretas sobre a conciliação da vida profissional e privada, que permita a cada trabalhador gerir a sua vida, os seus horários de trabalho e a fruição da sua vida familiar e pessoal. Urge combater as desigualdades entre homens e mulheres no plano salarial, mas também nas políticas de género e na ascensão de mais mulheres a cargos e funções de representação política, empresarial, sindical ou em qualquer setor, onde a igualdade de género continua a ser diminuta ou inexistente.

Importa motivar os jovens para uma participação cívica e de cidadania, perante a existência de bloqueios à sua inserção no mercado de trabalho, onde a precariedade das relações laborais continua a ser um cancro difícil de derrotar.

Da Europa espera-se muito mais - melhores salários e condições de trabalho e de vida. E apoios financeiros numa resposta urgente à crise económica e social, com mais solidariedade e menos egoísmo entre estados.

O próprio Governo português tem o dever de respeitar a negociação e o papel dos parceiros sociais e dar bons exemplos e boas práticas de diálogo social ao setor privado.

O papel da OIT continua a ser insubstituível na promoção tripartida de entendimentos à escala global.

O diálogo social é fundamental no alicerçar de direitos e no reforço da democracia participativa. O alerta da subida de fenómenos de extrema-direita, incluindo em Portugal, devem obrigar os democratas a mobilizar os cidadãos com ações que permitam uma participação ativa destes na construção de países desenvolvidos e sustentáveis, com economias amigas do meio ambiente e da economia verde, sem ignorar os desafios do nosso tempo, como a digitalização, a robotização e a automação.

Uma sociedade será tanto mais justa e coesa, se a inclusão de todos for uma realidade na promoção do bem-estar. Ninguém deve ficar para trás.”



**Organização  
Internacional  
do Trabalho**

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO: UM DESÍGNIO ESTRATÉGICO PARA AS PESSOAS, PARA AS EMPRESAS E PARA O PAÍS

# Assinado acordo tripartido



A UGT rubricou em 28 de julho, em diálogo tripartido, um acordo intitulado “Formação profissional e qualificação: um desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país”, para que Portugal possa adaptar-se aos desafios urgentes e emergentes na capacitação dos trabalhadores e na modernização das empresas, bem como a urgente preparação de respostas que a formação profissional tem que dar à qualidade da formação profissional inicial e ao longo da vida a todos os trabalhadores, no espírito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na implementação do Plano de Ação aprovado na Cimeira Social do Porto.

O acordo foi rubricado pelo Governo de Portugal, pela UGT e pelas quatro confederações patronais (CIP, CCP, CAP e CTP). Entre muitas matérias abordadas para a modernização da formação profissional, a UGT entende que são extremamente relevantes para os trabalhadores as seguintes áreas que o acordo abrange:

- Incrementar a distribuição do “Cheque Formação” para o acesso pleno às 40 horas anuais de formação profissional a que todos os trabalhadores têm direito.
- Melhoria, para os trabalhadores ativos, no acesso ao efetivo exercício do direito a 40 horas de formação profissional anual certificada, com especial incidência nos trabalhadores das pequenas e microempresas.
- Menor rigidez no número de formandos na constituição de turmas, adaptando-as a necessidades locais e sectoriais.
- Revisão da fiscalidade para a formação profissional dos trabalhadores.
- Criação do “Estatuto do Formando” como uma real e urgente necessidade para responder aos desafios da qualificação dos trabalhadores portugueses.
- Melhoria da qualidade da formação aos níveis e standards europeus, com a efetiva implementação do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissional.
- Adequação do país aos novos desafios da formação a distância e através de novas tecnologias digitais e didáticas, *elearning* e *blearning*.

- Adequação e atualização urgente do Catálogo Nacional de Qualificações.
- Aprofundamento das dinâmicas da formação profissional pós ensino secundário e sua interligação com o ensino superior e com os centros de formação profissional, através de CET.
- Alojamento para formandos como uma necessidade diagnosticada e a dar cabal e urgente resposta.
- Centralidade dos Programas Operacionais para a área da formação profissional, como urgente necessidade de desburocratização e de acelerar a capacidade de resposta dos programas operacionais que gerem os fundos comunitários.
- Inovar e implementar estratégias potenciadoras do aumento das qualificações dos trabalhadores e dos empregadores portugueses, para a reversão estrutural das políticas de baixos salários.
- Melhorar a fiscalidade para os trabalhadores e formandos que apostem na qualificação pessoal e profissional.
- Criação e reforço da presença dos parceiros sociais com assento na CPCS em órgãos de governança para a formação profissional.
- Consagrar a definição do conceito de “itinerância” relativamente aos “Centros Qualifica” dos centros de gestão participada, potenciando uma maior cobertura nacional e adequação às reais necessidades dos formandos e dos trabalhadores envolvidos.
- Reforço e modernização dos centros de gestão participada, nomeadamente em áreas tão fundamentais como a gestão, o financiamento e a requalificação de equipamentos.

A UGT mais uma vez se coloca na linha da frente para a defesa dos interesses dos trabalhadores e de Portugal, dando claras mostras das virtualidades do diálogo social tripartido como alavanca da democracia e da modernização de Portugal, sempre com a preocupação fundamental de que as pessoas estão em primeiro lugar e que ninguém pode ficar para trás.

## EM DEFESA DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS

### MOÇÃO

Os trabalhadores bancários continuam a ser confrontados, com a redução massiva de postos de trabalho, através da implementação de “processos de reestruturação, “pressionando milhares de trabalhadores do setor financeiro a aceitar propostas de “rescisões por mútuo acordo”, que mais se enquadram em despedimentos encapotados.

Aproveitando da situação crítica em que vivem milhares de portugueses, a banca escolheu o momento habitual de férias e do evidente recrudescimento da pandemia Covid-19, para mostrar mais uma vez a sua insensibilidade social.

Os Sindicatos dos Bancários da UGT:

- Considerando que o setor bancário continua a somar resultados positivos em Portugal, com os quais, aliás, se congratulam os seus trabalhadores;
- Considerando a falta de sentido ético e moral utilizado para as pré-reformas e as eufemisticamente denominadas “rescisões por mútuo acordo”;
- Considerando as reiteradas pressões das administrações para que os trabalhadores tomem decisões que ofendem os respetivos direitos e interesses, chegando a atingir foros de crueldade e de barbaridade;
- Considerando a situação dramática em que ficam os trabalhadores bancários, sobretudo os mais fragilizados, na sequência das medidas repressivas das administrações;

- Considerando que as políticas repressivas e desumanas empreendidas pelas administrações não podem nem devem ter lugar num Estado de Direito;
- Considerando que os continuados encerramentos de balcões causam um enorme prejuízo aos cidadãos, em geral, sem que daí advenham resultados significativos para as instituições;
- Considerando que mais de dez mil trabalhadores bancários perderam o seu emprego no nosso país nos últimos dez anos;
- Considerando que são os contribuintes portugueses aqueles que são chamados a pagar as consequências da gestão danosa de muitos banqueiros;
- Considerando que a requalificação dos trabalhadores é a única solução para a banca acompanhar com sucesso a digitalização e a automatização do setor;
- Considerando que, uma vez por todas, as administrações têm de assumir e de garantir o cabal cumprimento dos seus deveres de proceder a uma negociação coletiva séria e sem artifícios, de cumprir as mais elementares regras da concertação social e de desempenhar um papel que honre e enobreça a natureza de elevada responsabilidade do setor no contexto da economia nacional;

**Os sindicatos bancários filiados na UGT reivindicam:**

1. **Que o Governo lance mão de todos os mecanismos ao seu alcance para terminar com o clima de chantagem e de medo que se vive na banca;**
2. **Que o Governo, através de uma atitude institucional coerente com as suas promessas, conduza as administrações bancárias às diversas mesas de negociação contratual no setor, em linha com os princípios de concertação social praticados ao longo dos anos no nosso país.**

**Lisboa, 22 de Julho de 2021**

**Aprovado por Unanimidade e Aclamação**

**O Secretariado Nacional da UGT**

## MOÇÃO

### Considerando que:

1. O Setor Empresarial do Estado (SEE), apesar de vir sendo continuamente reduzido através de sucessivos processos de privatização, continua a ser de uma importância vital para o país já que cobre setores essenciais de Serviço Público, cruciais para a população, sendo, ainda, um relevante gerador de postos de trabalho;
2. Os trabalhadores do SEE sempre desenvolveram as suas atividades com empenhamento e disponibilidade, porque têm consciência de que o fazem em prol das populações. E fazem-no apesar dos cortes salariais e dos congelamentos, salariais e de progressão nas suas carreiras, de que têm vindo a ser alvo, desde os tempos da Troika, nas empresas com Contratação Coletiva.
3. Não será difícil entender que setores com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais são essenciais em qualquer sociedade. Em Portugal, este serviço é prestado através de empresas que, tendo uma presença em todo o território continental, prestam serviços aos Municípios que, simultaneamente, são acionistas das empresas gestoras dos sistemas multimunicipais (sistemas em "alta") e servidores diretos das populações, através de sistemas municipais (sistemas em "baixa") de abastecimento de água e de saneamento;

**4. Os Sindicatos da UGT representam muitos trabalhadores das Empresas do Grupo Águas de Portugal;**

5. O Grupo Águas de Portugal (ADP) tem, desde 2018, Contratação Coletiva sob a forma de Acordo Coletivo de Trabalho, conseguido após mais de 10 anos de reivindicação e de inúmeras propostas, avanços e recuos, com um elevado grau de dificuldade causado pela inconstância e pela falta de poder negocial das sucessivas Administrações;

6. Na EPAL, empresa do Grupo ADP mas desde sempre com Contratação Coletiva autónoma, os Sindicatos da UGT, constituídos em frente sindical, sempre foram o motor dos processos negociais, quer nas atualizações salariais, quer nas revisões mais globais;

7. Nas Empresas do Setor das Águas e Saneamento e no âmbito das Convenções em vigor, apesar de o Governo proclamar quase diariamente o fim da intervenção financeira externa e da austeridade, bem como a reposição dos direitos e rendimentos dos trabalhadores, não tem sido possível, **segundo as Administrações por imposição do Ministério das Finanças**, retomar a negociação, por exemplo, das atualizações salariais anuais – o que sempre foi prática corrente;

8. Os trabalhadores da EPAL não têm, desde 2009, uma atualização salarial negociada. E os trabalhadores das restantes Empresas do Grupo ADP tiveram um incremento salarial com a publicação do novo ACT, com efeitos a 2019, mas desde então os Sindicatos não têm conseguido sequer obter uma contraproposta e iniciar o respetivo processo de revisão salarial;



9. Com o novo ACT do Grupo Águas de Portugal se pretendia harmonizar muitas situações laborais díspares que resultavam de práticas próprias de cada Empresa e retificar situações numa visão mais alargada, mas que isso resultou num puro engano, já que o que aconteceu foi que o novo ACT trouxe ao de cima situações indignas para empresas de capital público e com responsabilidade de prestação de serviço público de qualidade. A título de exemplo, ilustrativo do que afirmamos, saiba-se que trabalhadores com habilitações superiores e com responsabilidades funcionais ao nível de Direção de todo um sistema auferem salários líquidos na ordem dos 900,00 euros;

10. Algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal já foram objeto da intervenção da ACT, sofrendo coimas de dezenas de milhares de euros e a exigência de retificação de situações como enquadramentos de trabalhadores que atingiram custos próximos das 2 dezenas de milhões de euros;

11. Os Sindicatos e os trabalhadores já intentaram inúmeras ações no Tribunal de Trabalho, cuja resolução tudo aponta lhes será favorável uma vez que muitas dessas ações têm como base as inconformidades encontradas pela ACT;

o Secretariado Nacional da UGT, reunido em Lisboa, no dia 22/7/2020:

- a) Reclama o cumprimento das regras constantes no ACT do Grupo ADP e no AE da EPAL relativamente à vigência das Tabelas Salariais e das suas atualizações, sem impedimentos por parte da tutela e do Ministério das Finanças, por forma a se retomar a normalidade da Contratação Coletiva nestas empresas;

- b) Reivindica à Administração do Grupo Águas de Portugal que se empenhe junto dos Ministérios que tutelam o Setor – como os do Ambiente e das Finanças – para que se possam iniciar processos negociados de Contratação Coletiva e de atualizações salariais no Grupo e na EPAL;
- c) Exige a escolha de Administrações com base em critérios de competência técnica reconhecida e não em critérios de satisfação de clientelas político-partidárias;
- d) Lembra a todas as partes interessadas e que têm estado de algum modo envolvidas no impasse negocial que se instalou no Setor, que é devido o respeito pela dignidade dos trabalhadores; que é fundamental valorizar os recursos humanos para que as empresas possam, elas também, valorizar-se; e que há uma ética intrínseca à gestão que não pode ausentar-se, sob pena de, com essa ausência, se afundarem os valores mais basilares de uma sociedade desenvolvida!**

Os órgãos dirigentes da UGT tornarão público o conteúdo desta moção e fá-la-ão chegar ao Governo, nomeadamente Ministérios da Tutela, Grupos Parlamentares e Representações na Assembleia da República e Organismos de representação Tripartida em que a UGT está representada.

**Lisboa, 22 de Julho de 2021**

**Aprovado por Unanimidade e Aclamação**

**O Secretariado Nacional da UGT**


**UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES**

Carlos Silva  
 Secretário Geral - Secrétaire Général  
 General Secretary - Genel Sekreter

Lucinda Dâmaso  
 Presidente - Président  
 President - Präsident

N.ºref: SG055/2021

Data: 22/07/2021

Exmo. Senhor  
 Primeiro-Ministro  
 Dr. António Costa

**Assunto:**

Vem a UGT – Central sindical portuguesa e parceiro social com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, em seu nome e de todas as suas organizações filiadas, expor a Vossa Excelência um conjunto de preocupações, que afetam centenas de milhar de trabalhadores portugueses, num contexto nacional e internacional de grandes constrangimentos sanitários, fruto da pandemia SARS-Cov2, contexto esse aproveitado por muitos para promover a desregulação laboral, impondo reestruturações agressivas e intoleráveis pela pressão e assédio causados a milhares de trabalhadores, com todas as consequências de saúde e psicológicas daí resultantes.

A UGT apoiou e saudou a Cimeira Social do Porto que o Governo português levou a cabo em Maio deste ano, durante a presidência do Conselho da União Europeia.

A UGT não regateou esforços de influenciar, pela sua postura proativa, o movimento sindical europeu e mundial, através da CES e da CSI (Confederações Europeia e Mundial de Sindicatos) para uma forte participação e apoio aos objetivos da governação portuguesa neste primeiro semestre de 2021, assentes na essência do diálogo social e da concertação social tripartida, com a atração dos parceiros sociais, representantes da sociedade civil, no esforço conjunto de revitalizar a sociedade europeia para o pós-pandemia.

Esperávamos, e continuamos a esperar, que o Governo presidido por Vossa Excelência, atue na mesma linha orientadora que tão bem defendeu e tentou inculir no espírito europeu.

No entanto, vários dos responsáveis da sua equipa governativa não parecem compreender o designio do tripartismo e das virtudes da negociação coletiva. Estes não se esgotam nas conversas formais e informais das reuniões que se realizam ao longo do ano com os sindicatos da Administração Pública, mas sem quaisquer consequências para a vida das pessoas que estes



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES  
 Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1750-306 Lisboa - Portugal  
 Telefone: +351 21 993 12 00 - Fax: +351 21 397 46 12  
 e-mail: geral@ugt.pt - site: www.ugt.pt

representam. E não podem reduzir-se a meros momentos de informação aos sindicatos, sem que exista uma efetiva disponibilidade e abertura do governo para alcançar consensos.

Com todo o respeito, Senhor Primeiro-Ministro, tal atitude de vários governantes desprestigia o diálogo social e qualquer tentativa do movimento sindical de atingir os seus objetivos – dignificar o trabalho e os trabalhadores, incluindo aqueles de que o Estado é empregador, e que se dedicam briosamente às suas atividades profissionais em nome do Estado e ao serviço de todos os cidadãos. Tal desconsideração afeta a dedicação e a motivação de quem trabalha para auferir, no final de cada mês, um salário justo e a valorização do seu esforço.

O setor da Educação é dos que mais se sente violentado com a ausência de uma negociação séria entre o titular da pasta e os sindicatos da UGT.

Mas não é caso único.

Pese embora o papel relevante da atuação da Senhora Ministra da Saúde durante a crise pandémica, tal não justifica por si só, que os sindicatos caem as suas legítimas reivindicações, o mesmo se passando na Justiça, ou na Administração Pública (latu sensu).

Senhor Primeiro-Ministro,

O exemplo vem sempre de quem está no topo da governação do Estado.

E o setor privado copia sempre o que de pior o Estado exemplifica.

Ao assistirmos à forma como a TAP está a ser gerida, com destruição de postos de trabalho, mesmo depois de um acordo com os sindicatos para a redução de salários, será de acreditar que o movimento sindical consegue verdadeiramente negociar com a PT/Altice, os CTT ou, de forma particular - por ser o pior exemplo de que há memória nas duas últimas décadas - com a Banca nacional?

A destruição de milhares de postos de trabalho nestas empresas e setores, frequentemente com especial responsabilidade de um Estado que já foi o empregador, mas que ainda é regulador e supervisor, é de tal forma maciça e avassaladora, que só resta aos sindicatos lutarem e avançarem para formas de luta a que, por princípio, não recorrem habitualmente, como a greve, as concentrações e mobilizações de trabalhadores para o que está a acontecer em Portugal, com ataques e destruição de direitos, contratação coletiva e desregulação, instabilidade profissional e um conjunto de outras situações a que urge pôr cobro.

Aliás, a situação na Banca é tão dramática que a UGT e os seus sindicatos do setor (Mais Sindicato, SBN e SBC) se atrevem a suspeitar que existe cartelização entre os grandes bancos



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES  
Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1700-006 Lisboa - Portugal  
Telfax: +351 21 393 12 00 - Fax: +351 21 397 46 12  
e-mail: [geral@ugt.pt](mailto:geral@ugt.pt) - site: [www.ugt.pt](http://www.ugt.pt)



*Handwritten signatures and scribbles at the top of the page.*

para uma redução histórica e inédita de postos de trabalho no setor à custa da pandemia e dos seus efeitos. Como é possível que, em nome de um eventual fator concorrencial, todos os Bancos se tenham decidido, em simultâneo, extinguir milhares de postos de trabalho?

Veja-se também os casos dos técnicos de manutenção de aeronaves da TAP (SITEMA), os sapadores florestais (SNPC), a PT/Altice e os CTT (SINDETELCO), a Educação (FNE) e o amplo setor da Administração Pública (FESAP/SINTAP e STE).

Tudo isto, aliado a um conjunto de situações de corrupção, desvios de fundos, branqueamentos de capitais, etc., etc., que parecem conduzir o nosso País para um clima de impunidade, onde tudo é permitido aos mais fortes e poderosos, restando aos mais frágeis, àqueles que são dependentes dos seus salários e dos seus vínculos socio-profissionais, observarem todo este panorama com desânimo e incredulidade. Tudo isto após anos de austeridade em que os rendimentos do trabalho assumiram as responsabilidades e, em alguns casos, os custos das dívidas que outros geraram com os seus devaneios e ganância.

A negociação coletiva está emperrada, mesmo depois de a UGT ter celebrado um acordo tripartido de concertação social em 2018. E aqui importa ter presente que, neste acordo, existem medidas centrais para a dinamização da negociação coletiva e para o combate à precariedade, nomeadamente a aplicação da taxa de rotatividade por excesso de contratação a termo, que continuam por implementar e que ganham ainda maiores relevância e urgência no atual contexto económico e social.

A legislação laboral segue ao sabor da onda político-partidária em plena Assembleia da República, como contrapartida de fazer aprovar orçamentos de Estado, num jogo de luzes e sombras a que os sindicatos são alheios.

Tal como os parceiros sociais, que defendem a concertação e o diálogo social, mas que se vêm relegados para um plano secundário, fruto das decisões de um Governo minoritário que tenta, a todo o custo, navegar nestas águas turbulentas.

O movimento sindical que a UGT representa sempre assumiu posições e reivindicações moderadas, ponderadas e construtivas na defesa dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento sustentável e coeso do nosso País, procurando sempre o compromisso como forma de ultrapassar fronteiras e bloqueios que separam os diferentes grupos de interesses que cada parceiro social representa.

Alguns dos nossos filiados enfrentam hoje verdadeiros calvários negociais, na tentativa de defender centenas de milhar de trabalhadores e os seus postos de trabalho.

A Banca – usurária, lucrativa e não-altruista – divide para reinar. Ou os trabalhadores aceitam a bem as propostas de rescisões por “mútuo” acordo, ou são confrontados com despedimentos.

*Vertical column of handwritten signatures and scribbles on the right side of the page.*



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES  
Rua Vitorino Nemésio, nº3 - 1750-006 Lisboa - Portugal  
Telef. + 351 21 393 12 00 - Fax +351 21 397 46 12  
e-mail: geral@ugt.pt - site: www.ugt.pt



coletivos, tal como nos selvagens tempos da troika e das políticas de austeridade. Ou calas, ou levas.

**Senhor Primeiro-Ministro,**

Não podemos calar a nossa angústia e revolta com o que se está a passar no nosso país.

Se querem alterar a legislação laboral, penalizem quem se aproveita da Lei para despedir, depois de ter recebido apoios do Estado e de terem sido todos os contribuintes portugueses a absorver, com os seus salários e pensões, os custos da gestão danosa de muitos banqueiros e gestores.

Retomem os valores das indemnizações por despedimento, pré-troika, e imponham limites ao setor privado nos despedimentos e rescisões, num período difícil do nosso país, em que a retoma económica vai ser lenta, e em que os abutres já rondam o pote dos fundos europeus, tal a ganância e avidez que se faz sentir quando se fala em dinheiro da Europa.

O Governo tem de cumprir as regras do diálogo social e de respeitar os sindicatos da UGT.

Sem a participação da UGT não há acordos de concertação social no nosso país, porque esta é um esteio fundamental para a garantia sustentada da paz social, não apenas em Portugal, mas em qualquer democracia.

Podem falar muito do diálogo social e realizar muitas e participadas cimeiras sociais.

Mas tragam as questões e os debates para as sedes de diálogo, nomeadamente para a concertação social, e façam por termos resultados para a nossa própria realidade enquanto país europeu, respeitador da democracia participativa e da intervenção da sociedade civil organizada.

Temos de ter um diálogo social com resultados, temos de ter uma negociação coletiva com resultados e nenhum Governo, face aos impasses, atropelos e inconsequências que vivemos, pode ser alheio, ou indiferente, às suas responsabilidades de ser um empregador exemplar e de dinamizar o diálogo e a negociação – a todos os níveis e em todos os sectores - com as estruturas a quem a nossa Constituição reconhece o papel fundamental da defesa dos milhões de trabalhadores de Portugal: os sindicatos.



**Exmo. Senhor Primeiro-Ministro**

Vários dos nossos filiados decretaram greves nos seus setores de atividade, porque esgotaram os recursos da negociação, seja com o Estado, seja com o setor público empresarial ou com o privado.

Estamos à beira do fim da linha. Resta-nos a decência de esperar pelo Governo, para ver se vem ao encontro das expetativas que ele próprio criou junto dos trabalhadores.

Não são os sindicatos da UGT que são os adversários do Governo – aliás, nunca foram adversários de qualquer Governo, mas sim, parceiros.

E enquanto parceiro social, a UGT tudo fará, na competência e legalidade das suas funções, para alertar o Governo e todos os atores políticos e sociais de que os abusos laborais que se estão a cometer neste momento, em nome e a coberto da pandemia, ferem a democracia e o Estado de Direito.

Cabe, pois, a Vossa Excelência analisar o exposto, sabendo que a UGT e os seus sindicatos filiados ficam à Vossa disposição para transmitir de viva voz as preocupações que grassam na sociedade portuguesa e que carecem de uma resposta Social e política URGENTE.

Com os melhores cumprimentos,

Pelo Secretariado Nacional da UGT



UNião Geral de Trabalhadores  
Rua Vitorino Nemésio, nº5 – 1750-306 Lisboa – Portugal  
Telex: + 351 21 393 12 00 – Fax: + 351 21 397 46 12  
e-mail: [geral@ugt.pt](mailto:geral@ugt.pt) – site: [www.ugt.pt](http://www.ugt.pt)



## 2º encontro conjunto de pesca de rio 2021

Realizadas a 1ª prova deste Encontro de Pesca de Rio 2021, na Pista da Quinta da Boavista, em Ílhavo, no dia 12 de junho e a 2ª prova na pista de pesca da Vila das Aves, em 19 de junho, individualmente Ricardo Silva (CEMG) lidera com 2 pontos, encontrando-se em 2º e 3º lugares respetivamente José Silveira Ribeiro (MBCP) e Mário Fernando Alberto (CGD) com quatro pontos cada.

Coletivamente o CEMG (Abílio Bastos, Ricardo Silva e Emílio Ferreira)

lidera com 13 pontos, seguida de perto pelas equipas do MBCP (José Ribeiro, Helder Monteiro, Augusto Vieira e António Lima) e do NB-A (Joaquim Pinto, Manuel Oliveira, João Carneiro António Alberico Alves e António Miranda Leite), com 18 pontos cada.

Para uma informação completa e detalhada deverá ser consultado o site do SBN.



## 2º torneio conjunto interbancário de bilhar Bola 8 – 2021

Iniciado no dia 8 de junho com a realização da primeira jornada das três séries constituídas após sorteio efetuado, pelas quais foram distribuídos os dezanove bilharistas inscritos, este 2º torneio conjunto concluiu-se no passado dia 22 de junho a 1ª fase.

António Perre e José Lino, na série A, Helder Monteiro e António Jorge, na série B, e Teófilo Farelo e Aníbal Festas, na série C, ao classificarem-

-se nos dois primeiros lugares das suas séries, foram apurados para a fase final de apuramento do campeão, que se realizará nas instalações do Bowling Kart, em Ovar, em 23 de outubro.

No site do SBN poderão ser consultados os resultados destas jornadas, assim como as classificações finais correspondentes às séries A, B e C.



“Saúde é um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas a ausência de doença ou debilidade.”

(OMS, 1946/1948)



## Informação aos beneficiários Grupo José de Mello Saúde (CUF)

Desde 1 de julho de 2021 que todas as unidades CUF integrantes do Grupo José de Mello Saúde deixaram de fazer parte da rede de prestadores convenionada do SAMS/SBN, dado não ter sido chegado a acordo relativamente às condições contratuais a observar no atendimento aos nossos beneficiários, por parte daquela entidade. Em consequência, é aconselhado, sempre que preciso, o contacto com

os serviços do SAMS, que disponibilizarão um vasto leque de alternativas no acesso à prestação de cuidados de saúde.

Para melhor compreensão desta tomada de posição em prol da boa saúde financeira do SAMS/NORTE, divulgamos informação mais detalhada sobre o assunto.

## Cessaçã da Convenção CUF

Estimado(a) beneficiário(a)

Desde 1 de julho de 2021 que todas as unidades CUF deixaram de fazer parte da rede de prestadores convenionada com o SAMS/SBN, dado não ter sido chegado a acordo, relativamente às condições contratuais a observar no atendimento aos beneficiários.

Os prestadores de cuidados de saúde particulares têm vindo a exigir uma revisão geral, em alta dos preços da tabela de atos médicos, que o SAMS tem tentado conter, por forma a não comprometer a sua sustentabilidade.

Concretamente, desde maio de 2020, o Grupo José de Mello Saúde – CUF, tem vindo a exigir a revisão dos preços convenionados, para o que entendeu adotar uma metodologia de faturação que, na prática, representa um aumento considerável dos preços a praticar nas intervenções cirúrgicas e nos internamentos.

Nas negociações que desde então decorrem, o SBN tem vindo a sensibilizar o Grupo CUF para a necessidade de ser praticada uma política de preços mais consensual, de modo a que não recaiam nos beneficiários do SAMS/SBN os custos associados àquilo que a CUF designa por “preços compreensivos”, mas que na prática são um aumento considerável e injustificado, que vai onerar os beneficiários.

Para que melhor se entenda do que falamos, eis dois exemplos, com valores indicativos e aos quais poderão acrescer consumos específicos (ver tabela).

Ora, este aumento inaceitável de preços, que de “compreensivos” nada têm, não poderia nem pode ser aceite (por razões de equilíbrio financeiro do nosso sistema de saúde, mas sobretudo por não ir ao encontro dos interesses dos beneficiários), razão pela qual, pelo menos,

	Tabela SAMS Atual	Preço Compreensivo	Aumento PC/SAMS		
Cirurgia p/ Laparoscopia 1 dia internamento	3 264,69 €	4 489,80 €	38%	Encargo atual do benef.	981,95 €
				Encargo benef. P. Compreensivos	1 878,05€
Internamento medicina 5 dias internamento	1 161,94 €	2 394,65 €	106%	Encargo atual do benef.	495,49 €
				Encargo benef. P. Compreensivos	1 465,10€

por ora, não deixa margem para o SAMS/SBN poder aceitar a manutenção do contrato existente com a CUF, nos termos por ela propostos. Contudo, o SAMS/SBN, entendendo os transtornos que esta situação que lhe foi criada pode trazer aos beneficiários, mantém todos os canais de negociação abertos àquela entidade, na expectativa que prevaleçam a razoabilidade e o bom senso e que assim possa ser retomada, na brevidade possível, a convenção com o prestador CUF.

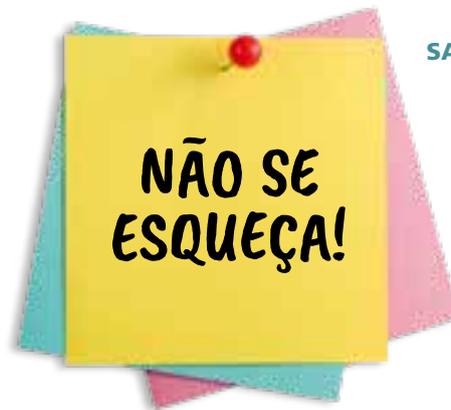
Naturalmente que, enquanto tal sucede, todos os beneficiários continuam a dispor de alternativas válidas noutros prestadores de saúde, sendo que, caso os beneficiários optem pela CUF, o SAMS/SBN participará, a posteriori, os respetivos atos médicos, em conformidade com as tabelas dos SAMS/SBN em vigor.

## Nunca é demais relembrar...

Os exames prescritos nos centros de saúde são gratuitos desde janeiro, deixando de ser sujeitos a taxas moderadoras, mesmo quando realizados em clínicas ou em laboratórios privados com convenção com o Serviço Nacional de Saúde.

Esta isenção foi aprovada em Conselho de Ministros e visou dar continuidade à progressiva dispensa da cobrança de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde e nos cuidados prescritos pelo SNS.

Neste caso, desde que sejam prescritos pelo médico de família ou por um clínico dos centros de saúde, os exames não pagam taxas moderadoras, “independentemente de serem feitos em ambiente público,



privado ou em ambiente social”, como especificou, à data, a ministra da Saúde, Marta Temido.

Assim, as consultas nos centros de saúde são gratuitas, bem como os exames prescritos e realizados pelos cuidados de saúde primários públicos, também livres de taxas moderadoras.

## SAMS/NORTE com médico ao domicílio

A pensar no bem-estar dos beneficiários, está disponível um serviço de médico ao domicílio, à distância de uma simples chamada para a linha direta 210340816, exclusiva para beneficiários do SAMS/Norte.

O SAMS leva, assim, até ao conforto do lar dos beneficiários, os melhores profissionais, assegurando um serviço de excelência.

O serviço de médico ao domicílio não é cobrado no ato, quando praticado aos beneficiários do SAMS.

Mais informações sobre este serviço poderão ser obtidas contactando o Departamento de Participações do SAMS, através do telefone geral 225071600 ou do email [comparticipa@sbn.pt](mailto:comparticipa@sbn.pt).

## Simplificação de envio de documentos para participação

***O SAMS/SBN implementou procedimentos que permitem facilitar a entrega de documentos relativos a despesas de saúde e respetivas participações.***

Com estas medidas, simplificou e tornou mais rápido todo o processo, evitando deslocações dos beneficiários aos serviços e despesas de envio. Assim, e para efeitos de participação, os documentos, relativos aos diferentes atos médicos deverão ser enviados para reembolsos. [sams@sbn.pt](mailto:sams@sbn.pt), obedecendo aos seguintes requisitos:

- Preenchimento de todos os campos do formulário (obtenha o formulário em formato digital a partir do QR Code disponibilizado ou em <https://bit.ly/3k4dXuH>).
- Documento original digitalizado, integralmente preenchido e com atos médicos claramente identificados.

Os documentos devem dar entrada nos serviços num prazo máximo de 90 dias após a data de emissão, ou, no caso de terem sido devolvidos pelo SAMS/SBN, no prazo de 60 dias após a data da devolução.

Os documentos remetidos por via eletrónica que cumpram todos os requisitos são aceites pelos serviços, ficando o beneficiário responsável pela conservação e pela apresentação do documento original, caso venha a ser solicitado, assumindo o compromisso da não utilização para outras finalidades.



Nota importante: Não serão aceites documentos rasurados ou com emendas.

# ACT DO SETOR BANCÁRIO

## Conforme divulgamos na última edição, a resposta do Grupo Negociador da APB fixou-se na já (in)esperada oferta de 0% de aumento salarial...

“Mãos largas”...(!) para quem tem os “bolsos cheios!!!... Iniciadas as negociações, pelos vistos a posição das IC mantém-se na defesa de uma (in)esperada e “tamanho” solidariedade para com os seus trabalhadores... (aqueles que, afinal, produziram e produzem a riqueza que lhes tem permitido desfrutar de chorudas distribuições de dividendos).

Os trabalhadores, como não poderia deixar de ser, “agradecem” essa grandeza de caráter, mas lutarão com todas as suas forças e de toda a forma possível, pelas condições de vida económica e social a que têm direito.

A seguir transcrevemos o comunicado conjunto dos sindicatos.

### Setor Bancário: revisão do ACT

#### Ponto da situação das negociações para 2021

Realizou-se (no passado dia 17 de junho) mais uma ronda negocial entre o Grupo Negociador das Instituições de Crédito (GNIC) e o Grupo Negociador destes Sindicatos (SBN, SNQTB e SIB) com vista à revisão do ACT para 2021.

Ao contrário das legítimas expectativas destes Sindicatos, face aos resultados positivos apresentados pelos principais bancos a operar em Portugal no primeiro trimestre de 2021 e de outros indicadores económicos relevantes, como a subida da inflação, os bancos mantêm a proposta ignominiosa de 0% de (não) atualização.

Assim, a contrapartida de um ano particularmente exigente para os bancários e perante o qual estes responderam sempre com total disponibilidade, competência e profissionalismo é reconhecida pelos bancos com “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”.

Trata-se de um congelamento das tabelas e cláusulas de expressão pecuniária que afeta os trabalhadores no ativo, os reformados e os pensionistas de sobrevivência.

Como já anteriormente comunicado, SBN, SNQTB e SIB rejeitam liminarmente esta proposta injusta e injuriosa e não abdicam de uma atualização salarial e de pensões equilibrada para o ano de 2021, não só merecida, mas necessária e justificada face aos custos acrescidos que muitos bancários tiveram de suportar com o teletrabalho e ainda face ao aumento significativo da inflação e do preço dos bens essenciais, que afeta os bancários.

Continuaremos a manter os nossos associados informados acerca da evolução das negociações, para que possamos acompanhar e intervir num processo em que os Sindicatos se comprometem a não desistir.”

Mas, no que respeita a problemas que dizem respeito à contratação, tendo a ver em especial com questões de interesse social, não menos preocupantes do que os económicos, recebemos também os comunicados que passamos a transcrever.

### Sindicatos continuam a atuar na defesa dos trabalhadores do BST

O SBN, o Mais Sindicato e o SBC continuam fortemente empenhados na defesa intransigente de todos os trabalhadores do Banco Santander Totta (BST) e têm atuado na resolução de problemas.

Os Sindicatos dos Bancários da UGT têm acompanhado diariamente muitas situações relatadas pelos trabalhadores do BST, o que permite atuar imediata e eficazmente na resolução de várias questões, nomeadamente na correção de valores de indemnizações mal calculadas ou na transformação de propostas de RMA em propostas efetivas de reforma antecipada, bem como na recolocação de trabalhadores de balcões encerrados noutras unidades orgânicas, entre outras.

Relativamente ao Plano + 55, chegou aos Sindicatos a informação de que os bancários abrangidos não foram ainda contactados na sua totalidade, pelo que esta situação mantém-se em aberto.

Reiterando que não permitirão qualquer tipo de pressão ou imposição para aceitação de propostas contrárias aos anseios e expectativas dos trabalhadores, MAIS, SBC e SBN apelam a todos os sócios para que contactem os respetivos Sindicatos, de forma a que em conjunto seja possível encontrar a melhor solução para todos e cada um.

### Empenho

O SBN, o MAIS Sindicato, e o SBC mantêm a firme convicção de que qualquer processo de despedimento coletivo é completamente errado, desajustado e inadequado à realidade do Banco Santander Totta, pelo que a Administração terá de continuar a discutir com os Sindicatos a melhor solução para os trabalhadores.

Posição que tem sido repetida aos interlocutores do banco nas diversas reuniões conjuntas.

Todo o empenho colocado em cada negociação e reunião com o BST levará a uma evolução positiva e à proteção dos trabalhadores, consideram os Sindicatos

O SBN, o MAIS e o SBC continuarão, como sempre, na linha da frente na defesa de todos os trabalhadores.

E ainda...

### **BCP inicia processo de rescisões**

O banco informou hoje os sindicatos de que vai implementar um plano de redimensionamento que levará à saída de cerca de mil trabalhadores, através de reformas e rescisões por mútuo acordo. O SBN, o MAIS e o SBC e o estão totalmente disponíveis para apoiar os sócios.

Miguel Maya, CEO do Millennium bcp, reuniu-se esta manhã com o Mais Sindicato, o SBC e o SBN para comunicar-lhes a decisão de reduzir o quadro de pessoal até mil trabalhadores, informação também transmitida hoje aos bancários da instituição.

Embora considerando o programa de ajustamento "muito difícil", o CEO adiantou que esta decisão "é necessária para a sustentabilidade do banco" e para garantir a competitividade face aos seus pares. Os trabalhadores serão contactados pelo banco nas próximas duas semanas, departamento a departamento, sendo o tipo de proposta decorrente da situação de cada um.

O plano terá maior impacto nos serviços centrais e justifica-se, segundo o CEO, pelo desenvolvimento tecnológico implantado, que reduziu a necessidade do atual número de trabalhadores.

Na sequência do processo, o banco está igualmente a diminuir a utilização de serviços em outsourcing, mantendo somente aqueles em que a vantagem tecnológica é evidente.

### **Condições**

Apenas os trabalhadores com 57 ou mais anos serão elegíveis para reforma, mas podem, também, ser contactados para uma rescisão por mútuo acordo (RMA).

No caso das RMA, o BCP propõe 1,4 da remuneração mensal efetiva (RME). Os trabalhadores que ponderem esta possibilidade, devem saber desde já que não terão direito a subsídio de desemprego. Se o processo correr bem do ponto de vista do banco, poderá não ser necessário chegar às mil saídas.

### **Apoio**

Face a esta situação, o Mais Sindicato, o SBC e o SBN garantem aos respetivos sócios que dirigentes sindicais e serviços jurídicos estão totalmente disponíveis para o acompanhamento de tudo e de cada um dos afetados. O BCP prometeu manter uma linha aberta aos sindicatos, para que o processo se desenvolva e conclua da melhor forma possível.



## Banca com nova vaga de saída de trabalhadores e admite despedimentos

Lusa - 20 de Junho de 2021

*Os grandes bancos a operar em Portugal querem reduzir milhares de postos de trabalho, e pode haver processos de despedimento colectivo.*

### BCP anunciou este mês que vai retomar o plano de redução do número de trabalhadores

Andreia Carvalho



Os grandes bancos vão reduzir milhares de trabalhadores este ano, um processo que vem acontecendo desde a última crise mas que em 2021 deverá atingir um novo pico, tendo mesmo BCP e Santander Totta admitido recorrer a despedimentos.

No **BCP** iniciou na semana passada o plano de redução de trabalhadores, com o banco a contactar cada um dos funcionários que quer que saia e a apresentar as condições da rescisão (desde logo valores das indemnizações). Os trabalhadores poderão sair por reformas antecipadas (para quem tem 57 anos ou mais) ou em rescisões por mútuo acordo. Neste caso, quem sair em rescisão por acordo não acede a subsídio de desemprego. Contudo, o banco também admitiu que poderá recorrer a “medidas unilaterais” e, na semana passada, em reunião com sindicatos, falou mesmo em despedimento colectivo, indicando que abrangerá “todos os que não aceitem o processo de negociação”. A intenção do BCP é que saiam até mil trabalhadores, segundo os sindicatos filiados na UGT (Sindicato dos Trabalhadores do Sector Financeiro de Portugal, Sindicato dos Bancários do Centro e Mais Sindicato).

Já entre 2012 e 2020, o BCP tinha reduzido quase dois mil trabalhadores em Portugal, tendo no final do ano passado 7013 funcionários.



Também o **Santander Totta** admitiu recorrer a despedimentos. No final de Abril, disse que no primeiro trimestre acordou a saída de 68

trabalhadores e anunciou o despedimento de mais 100 a 150 funcionários “cujas funções se tornaram redundantes”. Em causa estão sobretudo trabalhadores de balcões fechados a quem foi proposta a saída, mas que não aceitaram. No início de Maio, após conversas com sindicatos filiados na UGT, o banco decidiu adiar “temporariamente” as medidas unilaterais de saídas de trabalhadores.

(...) Da parte sindical, fontes contactadas pela Lusa temem que também o Santander Totta avance para um processo mais musculado de saída de pessoal, já que as informações que têm é de que estão a aceitar sair menos trabalhadores do que os que o banco quer.

(...)

Segundo vários dirigentes sindicais contactados pela Lusa, este ano ascenderão a milhares as saídas de trabalhadores dos principais bancos. Consideram ainda que os processos serão mesmo mais agressivos do que os que decorreram aquando da última crise e a intervenção da troika, desde logo porque há grandes bancos a admitir fazer despedimentos, porque as indemnizações propostas são agora mais baixas e até porque não é igual despedir 1.000 trabalhadores num total de 8000 ou no total de 6000.

Da parte dos bancos, as razões para reduzir pessoal são genericamente as mesmas em todos. Justificam com a evolução tecnológica, a mudança de hábitos dos clientes (poucas idas a agências, interacção à distância), a fraca rentabilidade do negócio, a necessidade de adaptar os custos a um negócio em mudança e a melhoria da eficiência.



O banco **Montepio** anunciou em Setembro de 2020 um “plano alargado” de saída de trabalhadores, através de reformas antecipadas e de rescisões de contratos de trabalho, com o objectivo de reduzir entre 600 a 900 funcionários.

Segundo fonte oficial do Montepio, na primeira fase do programa (no último trimestre de 2020), saíram 235 funcionários, dos quais 124 reformas e 111 rescisões por mútuo acordo (que dão acesso a subsídio de desemprego, já que o banco obteve do Governo o estatuto de empresa em reestruturação). Já este ano começou a segunda fase do programa, com propostas para saídas por rescisão por mútuo acordo. No final de 2020, o grupo banco Montepio tinha 3.721 funcionários.



Na **Caixa Geral de Depósitos (CGD)**, de onde entre 2017 e 2020 saíram cerca de 2000 trabalhadores no âmbito do processo de reestruturação, a administração tem dito que novas metas quantificadas de redução de pessoal só existirão quando estiver aprovado o plano para 2021-2024, mas é sabido que o banco público continua a ter abertos planos de rescisão por mútuo acordo e reformas antecipadas.



No **BPI**, fonte sindical indicou que o banco está a propor reformas antecipadas a funcionários. Contudo, os responsáveis do banco não têm dado informações publicamente sobre projectos de redução de pessoal. “Neste momento não temos nenhum plano de saídas estruturado em curso, mas podem sempre ocorrer negociações de saídas, por mútuo acordo. Nestas circunstâncias, a pergunta não se aplica”, disse fonte oficial do BPI. (...)



O **Novo Banco**, que entre final de 2014 e 2020 reduziu 2.200 funcionários, mantém propostas de reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo (que garantem acesso a subsídio de desemprego), segundo fontes dos trabalhadores. Mas os dados que para já existem são os mesmos divulgados em Fevereiro, quando o banco indicou que o objectivo é reduzir 750 trabalhadores até 2023 (...)

## Quase 13 mil saídas em dez anos.

Segundo as séries longas do Banco de Portugal, entre 2009 e 2019, os bancos que operam em Portugal reduziram quase 13 mil trabalhadores. Já em 2020, apenas nos cinco principais bancos que operam em Portugal (CGD, BCP, Novo Banco, Santander Totta, BPI), foram cortados 1200 postos de trabalho.

A redução de estruturas (saída de trabalhadores e fecho de agências) é comum a toda a banca europeia. A redução de funcionários que já vinha desde a crise anterior (iniciada em 2008) deverá ganhar agora nova força, alavancada na crise pandémica. Segundo analistas, os bancos têm alicerçado os lucros na redução de custos.

# Ameaça de despedimentos une bancários contra banqueiros. Greve em cima da mesa

*Expresso 16 Julho 2021*

Uma manifestação inédita que concentrou na mesma luta sete sindicatos do sector da banca

**Sindicatos ameaçam fazer greve se bancos avançarem com rescisões unilaterais. BCP e Santander deixam porta aberta ao último recurso: despedir**

Há um braço de ferro entre os sindicatos e os banqueiros. A vaga de saídas de trabalhadores da banca em 2021, intensificada pelo possível recurso do Santander e pelo BCP a rescisões unilaterais, incendiou as hostes. E o resultado está à vista: esta semana sete estruturas sindicais juntaram-se para deixar avisos numa manifestação inédita frente à Assembleia da República. A greve é um deles.



# Nova vaga de redução de postos de trabalho na banca

Esquerda – 21 /07/2021



Os maiores bancos a operar em Portugal querem fazer uma nova grande redução de trabalhadores, que poderá atingir milhares de saídas. Em 2020, nos cinco principais bancos, foram cortados cerca de 1.200 postos de trabalho.

Trabalhadores do Santander Totta manifestaram-se contra despedimento de 100 a 150 trabalhadores em 12 de maio de 2021 – Foto de Estela Silva/Lusa

Segundo a Lusa, os grandes bancos vão reduzir milhares de trabalhadores este ano, um processo que decorre desde a última crise mas que poderá ter em Portugal um novo pico em 2021. Os bancos BCP e Santander Totta já admitiram quererem recorrer a despedimentos. Em dez anos, entre 2009 e 2019, a banca reduziu em Portugal 13.000 trabalhadores. No ano passado, os cinco principais bancos que operam em Portugal (CGD, BCP, Novo Banco, Santander Totta e BPI) cortaram 1.200 postos de trabalho.



## BCP quer reduzir 1.000 trabalhadores

No BCP o processo já se iniciou. Na semana passada, o banco começou a contactar os trabalhadores que a administração quer que saiam, apresentando-lhes condições de rescisão: reformas antecipadas para quem tem 57 anos ou mais ou as chamadas rescisões de mútuo acordo. O BCP já ameaçou com despedimento coletivo de todas as pessoas que querem que saiam e, segundo o banco, "não aceitem o processo de negociação".

Os sindicatos dizem que o BCP quer livrar-se de 1.000 trabalhadores e quem sair com rescisão por acordo não poderá aceder ao subsídio de desemprego. Entre 2012 e 2020, o BCP reduziu postos de trabalho, tendo, no final de 2020, 7.013 trabalhadores. (...)

# Quatro bancos portugueses somam lucros superiores a mil milhões de euros

JN – Economia – 26/02/2021

**INSTITUIÇÕES REFORÇARAM PROVISÕES EM 1300 MILHÕES PARA ENFRENTAR EVENTUAIS PERDAS FUTURAS**

## Instituições reforçaram provisões em 1300 milhões para enfrentar eventuais perdas futuras.

Num ano marcado pela pandemia, quatro dos maiores bancos em Portugal lucraram mais de 1100 milhões de euros. Trata-se de uma quebra de 813 milhões de euros face aos resultados alcançados em 2019. Nesse ano, os quatro bancos - Caixa Geral de Depósitos, Millennium bcp, Banco BPI e Santander - lucraram quase 2000 milhões de euros. Por detrás da quebra nos lucros em 2020 estão provisões totais de 1300 milhões de euros que os bancos constituíram para fazer face a eventuais perdas futuras, nomeadamente as relacionadas com créditos de clientes. "Continuamos sem ter visibilidade sobre a profundidade e duração desta crise", disse ontem Miguel Maya, presidente-executivo do BCP, na divulgação dos resultados anuais do banco.



## Menos 90 balcões e saída de 926 funcionários

No total, os quatro bancos que já apresentaram as contas anuais cortaram 926 postos de trabalho em termos líquidos, em 2020, e fecharam 90 agências bancárias. O BPI foi o que fechou mais balcões (55). Seguiu-se o BCP (27) e a Caixa (8). O banco público foi o que perdeu mais trabalhadores em 2020, com a saída de 517, em termos líquidos. O BPI perdeu 218 e o BCP 191 funcionários.

## “Quando as Rosas Morrem”

“Quando as Rosas Morrem” é mais uma obra de Raul Fernando Teixeira de Sousa, nosso estimado colaborador, recentemente editada com o apoio do SBN- Sindicato dos trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, no qual é associado.

Neste novo livro, Teixeira de Sousa, bancário reformado, dá largas à sua veia poética que desde novo o acompanhou, tendo mesmo, ainda estudante, sido galardoado com o prémio de poesia no concurso Nuno Alvares Pereira.



## Para onde vais, banca?

Por Sílvio Martins (20-06-2021)

Olhai que num desconcerto  
Chamado CONCERTAÇÃO,  
Abusando do coberto  
Da atual situação,  
A Banca teve a coragem,  
Impensável e selvagem  
De propor que o nosso aumento  
Se quede em zero por cento.  
Uma proposta tão rara  
Como aquela que precede,  
De tão estúpida e mesquinha,  
Fica abaixo da prudência,  
Mas a Natureza avara  
Nem a todos concede  
O dom da inteligência.  
Talvez que o tempo corrente,  
De horas más e confusas,  
Queira dar-nos de presente  
Estas mentes obtusas.  
Será preciso que um dia,  
Bancários em romaria  
Pelas ruas da cidade,  
Vão pedir à Divindade  
Que, por Graça, esclareça  
Aqueles que, por nosso mal,  
É só zero afinal  
Tudo o que têm na cabeça?  
Pois esperamos que não!  
Somos pessoas de bem;  
Não existe, em nós, maldade;  
Mas já basta de agravos...  
Num país de liberdade  
Entendemos que ninguém  
Nos pode ter como escravos!  
Ó meu pobre Portugal  
A viver das ilusões  
Do progresso sem salários.  
És um país de patrões,  
Vê se crias empresários!



## Douro “poemar”, é cantar Armamar!

Por José Amaral

Quero POEMAR minha terra  
E tudo que ela encerra,  
Desde a pequena flor  
Até ao mais sublime primor.  
Desde o cume da serra  
Até ao âmago que ela encerra:  
Vida dura do serrano  
Que pouco retira do grano.  
Mas temos os vinhedos  
Com mui tarefas e segredos,

De onde brota a ambrosia  
Que ao mundo dá cálida alegria.  
Tudo o duriense é:  
- Homem forte, e muito mais,  
Tanto trata das vinhas  
Como dos seus olivais.  
E a paisagem do Douro  
O que nos faz pensar?  
Se de cima é miradouro  
Cá em baixo é altar!



# ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

## Convocatória

No exercício das competências definidas na alínea f) do Artigo 42º e dando cumprimento ao estabelecido no nº 1 do Artigo 25º dos Estatutos, convoco a **Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal para reunir, em Sessão Ordinária, no dia 26 de outubro de 2021 (terça feira), das 9,00 às 20,00 horas**, na Sede do Sindicato, de acordo com o nº 1 do Artigo 2º e em todas as suas Delegações e ainda nas localidades e locais de trabalho com um mínimo de 6 associados onde seja possível constituir Mesa de Voto em horário a estabelecer pela MAGCGC, com a seguinte

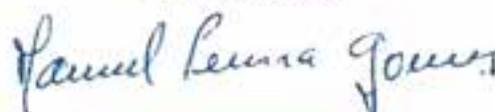
### ORDEM DE TRABALHOS

Eleições para os seguintes Órgãos Sindicais:

- 1 - Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Congresso
- 2 - Delegados ao Conselho Geral
- 3 - Direção
- 4 - Secções Sindicais de Empresa
- 5 - Secções Sindicais de Delegação
- 6 - Secção Sindical de Reformados

**NOTA:** De acordo com o nº 1 do Artigo 75º dos Estatutos do SBN aprovados em Conselho Geral de 2 de julho de 2020 e publicados no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), nº 27, de 22 de julho de 2020, os processos de candidatura deverão ser entregues à MAGCGC, nos serviços do SBN, até às 17,30 horas do dia 11 de setembro de 2021.

Saudações Sindicais  
A Mesa da Assembleia Geral,  
do Conselho Geral e do Congresso  
O Presidente



a) Manuel Pereira Gomes